

De Janeiro de 2000 a Março de 2001 — técnico superior na Direcção Regional do Ambiente do Alentejo do Ministério do Ambiente;
De Dezembro de 1998 a Dezembro de 1999 — director dos Serviços de Água da Direcção Regional do Ambiente do Alentejo;

De Outubro de 1996 a Novembro de 1998 — técnico superior da Direcção Regional do Ambiente do Alentejo do Ministério do Ambiente e responsável por:

De Janeiro a Setembro de 1996 — consultor não residente da Swiss Directorate for Development Cooperation and Humanitarian Aid/Federal Department of Foreign Affairs — SDC;

De Maio de 1987 a Dezembro de 1995 — consultor residente e chefe de projecto para a Swiss Directorate for Development Cooperation and Humanitarian Aid/Federal Department of Foreign Affairs — SDC — Project Moz.16, que estava apoiando o sector da água em Moçambique;

De Janeiro de 1985 a Abril de 1987 — técnico superior na Direcção de Serviços de Controlo da Poluição do Ministério do Ambiente em Lisboa e responsável;

De Setembro de 1983 a Dezembro de 1984 — frequência do curso de pós-graduação em Engenharia Sanitária na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa;

De Setembro de 1981 a Agosto de 1983 — técnico superior na Divisão de Controlo da Poluição do Ministério do Ambiente em Lisboa e responsável;

De Fevereiro de 1979 a Agosto de 1981:

Engenheiro de controlo de qualidade na municipalidade de Toronto — Metropolitan Toronto Department of Works — Main Sewage Treatment Plant;

Professor de Física, Química e Matemática na escola oficial da comunidade portuguesa em Toronto;

De Janeiro de 1976 a Janeiro de 1979 — técnico superior e engenheiro químico no Ministério da Habitação e Obras Públicas, Divisão de Controlo da Poluição, Lisboa, Portugal, responsável;

De Novembro de 1972 a Dezembro de 1975 — professor de Física, Química e Matemática na Escola Técnica e Profissional Alfredo da Silva, no Barreiro.

Despacho n.º 14 488/2007

Com a publicação da Portaria n.º 590/2007, de 10 de Maio, foi fixado em 15 o número de unidades orgânicas flexíveis da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, sendo que, por meu despacho de 31 de Maio de 2007, com efeitos reportados a 1 de Maio de 2007, foram criadas as referidas unidades orgânicas e definidas as respectivas competências.

Atendendo à necessidade de assegurar o normal funcionamento dos serviços, urge nomear os titulares dos cargos de direcção intermédia de 2.º grau, em regime de substituição.

Assim, ao abrigo do n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, determino:

1 — A nomeação, em regime de substituição, no cargo de chefe da Divisão Jurídica, da licenciada Filomena Costa Mendes.

2 — A dirigente nomeada nos termos do número anterior reúne os requisitos legais previstos no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

3 — O presente despacho produz efeitos a 1 de Maio de 2007.

11 de Junho de 2007. — A Presidente, *Maria Leal Monteiro*.

Súmula curricular

Nome — Filomena Costa Mendes.

Nascida em 4 de Setembro de 1965.

Licenciada em Direito pela Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1990.

Categoria — consultora jurídica, assessora, com produção de efeitos em 25 de Junho de 2004.

Em 25 de Junho de 1999, nomeada chefe de divisão do Gabinete de Apoio Jurídico da Direcção Regional do Ambiente do Alentejo (DRA), funções que desempenhou até Abril de 2001.

Em 18 de Abril de 2001, nomeada chefe de divisão do Gabinete Jurídico da Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território do Alentejo (DRAOT).

Principais representações institucionais:

Nomeada para participar em representação da DRAOT na conferência IMPEL 2000 (legislação ambiental europeia), realizada em Villach (Áustria), de 11 a 13 de Outubro;

Por despacho de 21 de Julho de 2003, foi nomeada representante da DRAOT nos contactos para as propostas de projectos de diplomas em circulação entre os gabinetes ministeriais;

Por despacho de 30 de Julho de 2003, foi nomeada representante da DRAOT nas actividades relativas ao pré-contencioso e contencioso comunitário;

Por despacho de 24 de Julho de 2005, foi nomeada representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo relativas ao pré-contencioso e contencioso comunitário.

Orientação de estágios profissionais:

Orientadora de estágio profissional de licenciada em Direito, que decorreu na DRAOT-Alentejo no período de 15 de Março de 1998 a 15 de Março de 1999;

No âmbito das funções, desempenhou actividade como formadora, designadamente, no módulo regime jurídico da gestão de ETAR, no curso gestão de ETAR, 1999, Évora, Ideia Verde, Consultadoria Ambiental e Projectos de Arquitectura Paisagista, L.ª;

Módulo «Regime jurídico das lamas das ETAR», no curso de gestão de lamas de ETAR, 1999, Évora, Ideia Verde, Consultadoria Ambiental e Projectos de Arquitectura Paisagista, L.ª;

Módulo de formação jurídica no âmbito da acção de formação para agentes de fiscalização, 2000, Beja, DRA;

Módulo n.º 2 (legislação ambiental) do curso de formação regulamentado pelo despacho n.º 24 707/2001, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 280, de 4 de Dezembro de 2001, 2002, Beja, DRAOT;

Módulo n.º 2 (legislação ambiental) do curso de formação regulamentado pelo despacho n.º 24 707/2001, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 4 de Dezembro de 2001, 2002, Portalegre, DRAOT;

Módulo de licenciamento industrial, do curso de formação regulamentado pelo despacho n.º 24 708/2001, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 280, de 4 de Dezembro de 2001, 2003, Almada, Instituto da Conservação da Natureza.

Despacho n.º 14 489/2007

Com a publicação da Portaria n.º 590/2007, de 10 de Maio, foi fixado em 15 o número de unidades orgânicas flexíveis da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, sendo que, por meu despacho de 31 de Maio de 2007, com efeitos reportados a 1 de Maio de 2007, foram criadas as referidas unidades orgânicas e definidas as respectivas competências.

Atendendo à necessidade de assegurar o normal funcionamento dos serviços, urge nomear os titulares dos cargos de direcção intermédia de 2.º grau, em regime de substituição.

Assim, ao abrigo do n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, determino:

1 — A nomeação, em regime de substituição, no cargo de chefe de divisão de Cooperação Inter-Regional da licenciada Lina Maria Branco de Freitas Jan.

2 — A nomeada, nos termos do número anterior, reúne os requisitos legais previstos no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

3 — A dirigente acima identificada no presente despacho fica autorizada a optar pelo vencimento base da categoria de origem, nos termos do n.º 3 do artigo 31.º do mencionado diploma legal.

4 — O presente despacho produz efeitos a 1 de Maio de 2007.

11 de Junho de 2007. — A Presidente, *Maria Leal Monteiro*.

Curriculum vitae

Dados biográficos:

Nome — Lina Maria Branco de Freitas Jan;

Data de nascimento — 15 de Abril de 1953;

Nacionalidade — portuguesa.

Habilitações académicas — licenciatura em Geografia, Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, concluída no ano de 1975.

Percurso profissional:

De Novembro de 1973 a Dezembro de 1976, trabalhou na Comissão de Planeamento da Região de Lisboa;

De Janeiro de 1977 a Dezembro de 1991, trabalhou na Comissão de Coordenação da Região do Alentejo em Évora, tendo exercido as seguintes funções: chefe de divisão de Infra-Estruturas e do Ordenamento do Território, de 1983 a 1986, e directora regional do Ambiente e Recursos Naturais de 1987 a 1991;

De Janeiro de 1992 a Maio de 1996 desempenhou o cargo de delegada regional do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, no Alentejo, exercendo funções de directora regional equiparada a subdirector-geral;

Em Junho de 1996 regressou aos quadros da CCR do Alentejo, ao qual pertence, na categoria de assessor principal, e exerceu funções